



## **FICHA TÉCNICA**

### **Título**

Perspetivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras

### **Autor**

Leni Vieira Dornelles e Natália Fernandes (ed.)

### **Editor**

Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga

### **Tipo**

Suporte Edição Electrónica

### **Layout**

Amanda Nogueira e Ricardo Fernandes

### **Publicação**

2012

### **ISBN**

978-989-8537-02-7

# ÍNDICE

## INTRODUÇÃO

Leni Vieira Dornelles, Natália Fernandes - **As marcas da dialogicidade nos estudos da criança luso-brasileiros – notas introdutórias** 1-7

---

## CAPÍTULO 1 - INFÂNCIA E PESQUISA COM CRIANÇAS

Altino José Martins Filho, Ana Claudia Ferreira Martins - **A complexidade da Infância: balanço de uma década das pesquisas com crianças apresentadas na ANPEd/Brasil** 9-21

Anne Carolina Ramos - **Pesquisas com crianças: possibilidades e desafios metodológicos** 22- 35

Andréa Carla Pereira Campos Cunha, Natália Fernandes - **Participação infantil: a sua visibilidade a partir da análise de teses e dissertações em Sociologia da Infância** 36-48

---

## CAPÍTULO 2 - INFÂNCIA E CIDADANIA

Alexandra Bernardete Roçadas Botelho - **Aprendendo a Vida, Escutando as Vozes das Crianças** 50-71

Maria Manuela de Sampaio Pinto Silva, Rosana Coronetti Farenzena - **Participação Infantil e Autonomia no Jardim de Infância: uma Questão de Cidadania** 72-83

Gabriela de Pina Trevisan - **Cidadania infantil e participação política das crianças: interrogações a partir dos Estudos da Infância** 84-105

Ilda Freire-Ribeiro - **“Quais são os teus direitos? Direito da privacidade, direito da alegria, direito de ser feliz, direito de brincar, direito de ser digno”:** Conceção das crianças sobre os direitos da criança 106-121

Denise Hosana de Sousa Moreira - **Infâncias para além da participação: um estudo sobre crianças na pesca artesanal** 122-136

---

## CAPÍTULO 3 - INFÂNCIA E PROTEÇÃO

Cristóvão Pereira Souza, Maria da Conceição Passeggi - **As narrativas videobiográficas no estudo da infância de risco** 138-150

Ana Margarida Canhão - **Entre a Protecção e a Participação – Olhares das Crianças e Jovens sobre as Práticas de Intervenção de uma CPCJ em Portugal** 151-180

Carlos Alberto Batista Maciel, Edval Bernardino - **Violência Contra Crianças e Adolescentes em Município de Fronteira na Amazônia Brasileira** 181-200

Antônio Genivaldo Silva Feitosa - **A Infância Abrigada: Impressões das Crianças na Casa Abrigo** 201-218

Maria Paula Panúncio-Pinto, Bruna Maria Coelho Freitas - **Crianças vitimizadas: relato de experiência de intervenção** 219-228

---

## CAPÍTULO 4 - INFÂNCIA E DEVIRES

Cristiano Bedin da Costa - **Arquitetônicas infantis: mapas, trajetos e devires em educação** 230-240

Alberto Filipe Araújo, Armando Rui Guimarães - **Da criança arquetipal à mitologia da infância. Uma abordagem a partir de James Hillman** 241-261

António Camilo Cunha - **A Criança e o brincar como obra de arte - O sentido de um esclarecimento** 262-269

Andrea Abreu Astigarraga, Maria da Conceição Passeggi - **O governo de si e o governo do outro no contexto da família rural: do trabalho infantil à universidade** 270-284

Nilce Vieira Campos Ferreira, Fernanda de Alencar Machado Albuquerque - **Educação profissionalizante para crianças: Minas Gerais no início do século xx** 285-298

---

## **CAPÍTULO 5 - INFÂNCIA E DIFERENÇAS**

Tháisa de Oliveiralima - <b>Qual é o teu segredo para ser tão pretinha: o preconceito com crianças negras na educação infantil</b>	300-308
Leni Vieira Dornelles, Daniela Lemmert Bischoff - <b>Misturas de cores: Olhares sobre diversidade e raça na Educação Infantil</b>	309-319
Marinete Lourenço Mota, Antônia Rodrigues Silva - <b>A Escola ao pé de fronteira: percepção e possibilidades de uma educação multi/intercultural crítica para a cidadania infantil</b>	320-331
Maria João Pereira - <b>A infância no Bairro do Lagarteiro: Modos de ser criança em territórios de exclusão</b>	332-346

---

## **CAPÍTULO 6 - INFÂNCIA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Filomena Correia, Ariana Cosme - <b>O desenvolvimento comunitário e a ação dos Agrupamentos de Escolas: Um estudo de caso</b>	348-368
Viviane Aparecida Silva, Carla Maria Fidelis - <b>A escuta da criança em uma auto avaliação institucional</b>	369-379
Emília Vilarinho – <b>As políticas da educação pré-escolar em Portugal</b>	380-399
Sílvia Néli Barbosa – <b>Entre concepções e práticas: desafios para o currículo na educação infantil</b>	400-417

---

## **CAPÍTULO 7 - INFÂNCIA, PROFESSORES E EDUCAÇÃO**

Isa M. C. S. Domingues, Teresa Sarmento, Maria da Graça N. Mizukami - <b>Os casos de ensino na formação-investigação de professores dos anos iniciais</b>	419-430
Heloisa Josiele Santos Carreiro, Márcia Fernanda Carneiro Lima – <b>Os combinados como prática na educação infantil: algumas reflexões</b>	431-445
Maria de Fátima Araújo, Maria da Conceição Passeggi - <b>A escola e os professores da educação infantil sob a ótica das crianças</b>	446-457
Maria Conceição Pillon, Marlene Rozek - <b>A Formação de leitores na Educação Infantil.</b>	458-466
Marília Felipe, Paula Pecker - <b>Multiplificando saberes: conversas sobre música entre o professor especialista e o educador de infância</b>	467-480
Francinaide de Lima Silva, Maria Arisnete Câmara de Moraes - <b>Escolarização da criança no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (Natal   RN   Brazil, 1908-1920).</b>	481-493
Josemir Almeida Barros - <b>Cenários e cotidianos, as crianças em escolas rurais em minas gerais</b>	494-510
Maria José Rodrigues, Luís Castanheira - <b>A voz das educadoras sobre a Educação Ambiental no jardim-de-infância – Um Estudo de Caso</b>	511-525

---

## **CAPÍTULO 8 - INFÂNCIA E INCLUSÃO**

Maria Amélia Dias Martins, Rui Trindade - <b>Educação Para Todos: NEERE – Modelo de Não Exclusão pela Eficácia na Remediação Educativa</b>	527-545
Andréa Tonini, Ana Paula Loução Martins - <b>Dificuldades de aprendizagem específicas: As políticas Educacionais de inclusão em Portugal e no Brasil</b>	546-557
Letícia F. Dal-Forno, Feliciano H. Veiga, Sara Bahia - <b>Características de sobredotação e criatividade percebidas por educadores de Infância no Brasil e em Portugal</b>	558-570
Ana Barreto, Cristina Vieira - <b>A criança diferente vista pelos seus pares: resultados de um estudo feito numa escola inclusiva portuguesa do 1º ciclo do ensino básico</b>	571-591
Geraldo Eustáquio Moreira, Ana Lúcia Manrique - <b>O que pensam os professores que ensinam matemática sobre a inclusão de alunos com NEE?</b>	592-611
Diana Tereso Coelho - <b>Dislexia, disgrafia, disortografia e discalculia</b>	612-628

---

### **CAPÍTULO 9 - INFÂNCIA, ARTES, VISUALIDADES e LINGUAGENS**

Maria Arlete Carrapatoso Figueiredo - <b>A poesia de Matilde Rosa Araújo (re)vista pelas crianças</b>	630-649
Magda Viegas - <b>Mosaico de Infância</b>	650-671
Debora Perillo Samori - <b>“Pegaram o livro que você ia pegar” - A produção de culturas infantis a partir da escolha de livros pelas crianças do 1º ano do Ensino Fundamental</b>	672-692

---

### **CAPÍTULO 10 - INFANCIA E LUDICIDADE**

Verônica Maria de Araújo Pontes, Daniela Deyse Silva de Alencar - <b>O brincar na educação infantil: um olhar sobre os(as) professores(as) e sua prática pedagógica</b>	694-704
Alberto Nídio Silva - <b>Infância, Cultura e Ludicidade – Coisas das Crianças</b>	705-729
Geovanna de Lourdes Alves Ramos - <b>Memórias, infância e brincadeiras: vivências de moradores na cidade de Uberlândia/MG.</b>	730-743

---

### **CAPÍTULO 11 - CIBERINFÂNCIA E CULTURAS INFANTIS**

Alessandra Alcântara, António José Osório - <b>A internet na vivência lúdica da criança</b>	745-757
Leticia Porto Pedrosa - <b>¿Cómo socializan las películas de animación a los más pequeños? Estudio de los conflictos emocionales a partir de grupos de discusión con menores</b>	758-771
Nélia Mara Rezende Macedo - <b>Curtir, comentar, compartilhar: O que fazem as crianças no Facebook?</b>	772-787
Grécia Rodríguez, Leonardo Albuquerque - <b>“A Rádio chiquita”: Uma ação formativa de educação e cidadania infantil</b>	788-799



# A voz das educadoras sobre a Educação Ambiental no jardim-de-infância – Um Estudo de Caso

Maria José Rodrigues  
Luís Castanheira

## Resumo

A Educação Ambiental assume grande importância nas sociedades atuais, porque se torna cada vez mais urgente formar cidadãos ambientalmente cultos, capazes de tomar decisões informadas, e que assumam assumindo uma corresponsabilidade social e ambiental. Esta educação deve iniciar-se nos primeiros anos, ou seja no Pré-Escolar. Assim, pretendemos, com este trabalho, mostrar a opinião de duas Educadoras de Infância do Distrito de Bragança (Norte de Portugal) face ao conceito de Educação Ambiental e às suas práticas didático-pedagógicas nesta área.

O presente estudo caracteriza-se como investigação qualitativa e enquadra-se num estudo de caso, de natureza interpretativa. Utilizou-se para recolha de dados a entrevista semiestruturada.

Pelos resultados obtidos verifica-se, que as educadoras consideraram que a Educação Ambiental não corresponde apenas à transmissão de conhecimentos mas também ao desenvolvimento de atitudes, valores e, conseqüentemente, comportamentos ambientalmente corretos. Relativamente às suas práticas didático-pedagógicas reconhecem que a Educação Ambiental deve ser trabalhada no jardim de infância e referem que desenvolvem algumas atividades nesse domínio, constataam, no entanto, que sentem alguma falta de formação didática e que sentem necessidade de conhecer novas estratégias e recursos mais inovadores.

Concluimos que é necessário desenvolver esforços para que a Educação Ambiental seja, efetivamente, fortalecida na escola em geral e no contexto de jardim de infância em particular.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental, Educação Pré-Escolar, Atividades de Educação Ambiental

## Abstract

Environmental education is of the utmost importance in contemporary societies, thus becoming increasingly significant to train environmentally educated citizens. These should be able to make informed decisions and take on social and environmental responsibility. Environmental education should start early, that is at Preschool. Therefore, with this study, we intend to present the position/standpoint of two Childhood Educators from the District of Bragança (in the northeast of Portugal) about the concept of Environmental Education and their didactic and pedagogical practices in this area.

The survey can be defined as qualitative research and a case-study approach of interpretive nature. Our data collection methods were focused on semi-structured interviews.

From the analysis of our results, it appears that teachers consider that environmental education does not merely correspond to the transmission of knowledge, but also to the development of attitudes, values, and hence environmentally correct/acceptable behavior. As far as their didactic and pedagogical practices are concerned, these teachers uphold that environmental education should be dealt with in kindergarten and, although they develop some activities in this area, they feel they lack training, as well as the need to learn new strategies and more innovative features.

We conclude that in-depth efforts are required for Environmental Education to be effectively strengthened at school in general and within the context of kindergarten in particular.

**Key words:** Environmental Education, Preschool Education, Environmental Education Activities.

## Introdução

A Educação Ambiental ou, de acordo com a terminologia agora emergente, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, é sem dúvida uma das prioridades dos países mais desenvolvidos e das sociedades modernas. Neste contexto reconhece-se a pertinência de ser trabalhada desde cedo, nomeadamente, com as crianças em idade pré-escolar. Como tal, é importante perceber a importância que os educadores lhe atribuem e de que forma a implementam nas suas práticas didático-pedagógicas. Este trabalho reflete a opinião e o papel que duas educadoras, do Distrito de Bragança (Portugal), atribuem a esta temática.

Ao longo do trabalho iremos debruçar a nossa atenção sobre o conceito de Educação Ambiental fazendo referência às características das atividades/projetos desenvolvidos no âmbito desta área. Por um lado, porque consideramos este aspeto como fundamental no domínio do trabalho desenvolvido. Por outro, porque o mesmo se apresenta como um conceito paradigmático e com uma forte abertura epistemológica, o que lhe confere grande diversidade. As suas bases de sustentação assentam no desenvolvimento de consciências ambientais específicas e especializadas. De acordo com a opinião de Ferreira (2003), a Educação Ambiental “desenvolve competências para a resolução de problemas e tomada de decisões, dotando os indivíduos das várias perspectivas integradas nas questões ambientais de forma a permitir uma informada e responsável tomada de decisões” (p. 31).

Partindo do postulado sobejamente conhecido “*A Educação Ambiental não se aprende nem se ensina - Constrói-se*”, é necessário mudar mentalidades, comportamentos e atitudes perante o meio envolvente, bem como tomar consciência e assumir responsabilidades, tendo como finalidade adoptar um modo de estar mais sustentado e em maior consonância com as leis da natureza. Para tal é necessário haver, por parte do governo e entidades competentes, não só um discurso de promessas mas sim ações e meios para atingir os objetivos, devendo para isso serem estes a dar o exemplo a seguir e a incentivar toda a comunidade.

É neste contexto que a escola assume um papel fundamental para a abordagem transversal, interdisciplinar e integrada da Educação Ambiental, de uma forma abrangente, acessível e eficaz para que é imprescindível o papel dos educadores e professores para a formação de cidadãos ambientalmente responsáveis. Ou seja, formar jovens, cidadãos, conscientes dos problemas ambientais e interventivos na resolução dos mesmos é essencial para um futuro, sendo os educadores veículos prioritários de transmissão de valores às crianças (Mendes & Branco, 2009).

Corroboramos com a opinião de Britto (2000), quando considera a escola o ambiente mais propício para a abordagem de temas relativos à ecologia e à preservação do ambiente, uma vez que este local pode promover novas e mais corretas atitudes e permite consciencializar e mobilizar as crianças para intervenções em prol do ambiente, Pressupõe-se, assim, que haja um esforço coletivo por todos os membros da comunidade educativa para que não se aborde a Educação Ambiental, apenas, como mais um conceito, mas sim como algo vivo e dinâmico, em que todos devem colaborar e participar ativamente.

Tal como refere Fialho (2008) é através da abordagem de questões ambientais que as crianças discutem opiniões, atitudes, vivências, sentimentos, realizam investigações e adquirem conhecimentos e competências que podem utilizar ao longo da sua vida, agindo local ou globalmente sobre o ambiente. A mesma autora acrescenta,

porque estes saberes não se “ensinam”, é necessário uma aprendizagem vivenciada na ação conjunta e na relação com os outros, e porque a abrangência das questões ambientais requer uma abordagem pluridisciplinar, a metodologia de projeto surge como uma das mais adequadas numa educação em ciência para o ambiente e para a sustentabilidade (p. 1)

No entanto devemos ter também em consideração a opinião de Martins (...) que afirma,

o sucesso prático dos projetos de Educação Ambiental tem ficado muito aquém das expectativas e não tem conseguido por termo ao agravamento dos problemas ambientais. Certas formas de Educação Ambiental podem, mesmo, ter efeitos negativos na formação de atitudes pró-ambientais se não forem bem planeadas. A formação e mudança de atitudes é um processo complexo, porque existem diversos factores envolvidos que condicionam o resultado das técnicas educativas usadas. Além de se atender à idade, experiência, conhecimento e desenvolvimento moral do receptor, é também fundamental estudar as características da fonte, as características da mensagem que se quer transmitir e à adequação dos meios a usar (p. 2)

Neste sentido, devemos considerar as particularidades do contexto onde as ações se desenvolvem, neste caso particular a Educação Pré-Escolar. Enquanto dimensão transversal, a Educação Ambiental, surge integrada na Educação para a Cidadania. Inclui-se, de acordo com as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, na Área da Formação Pessoal e Social que está diretamente relacionada com a educação em ciência abordada na Área de Conhecimento do Mundo. Consideramos que esta área deve servir como eixo estruturante entre as várias áreas curriculares e o facto de o educador ser generalista pode ser tomado como uma mais-valia porque facilita a tarefa de operacionalizar, de forma integrada, transdisciplinar e transversal as atividades das diferentes áreas curriculares.

Como já referimos e reforçando a ideia de que a escola é o lugar privilegiado para as aprendizagens, onde se devem adquirir valores e promover atitudes e comportamentos pró-ambientais, torna-se urgente uma intervenção eficaz, ao nível da educação, que na perspectiva de desenvolvimento sustentável inverta a tendência atual, comprometedora da existência da própria espécie humana.

Para que tal seja possível é necessário dotar os agentes educativos de “oportunidades para construírem conhecimentos, desenvolverem competências, valores e atitudes necessários a efetivas inovações, particularmente as consentâneas e coerentes com a promoção de literacia e cultura” (Pedrosa & Henriques, 2003, p. 278). Ou seja, é necessário, como afirma Portugal (2009), que se trabalhe de forma “qualitativamente superior na educação de infância” para que o educador seja capaz de responder adequadamente à diversidade das experiências de infância, presentes nos diferentes contextos educativos, seja conhecedor das áreas de conteúdo que aborda e utilize documentação e estratégias de avaliação que fundamentem a organização do ambiente

educativo, o desenvolvimento do currículo e os processos de ensino/aprendizagem.

Em suma, a Educação Ambiental, transversal às várias áreas de conteúdo, exige a colaboração de todos os educadores. A estes caberá abordar, de forma interligada, o problema da satisfação das necessidades fundamentais de todos os seres humanos, a necessidade de preservar o ambiente e o desenvolvimento do pensamento crítico relativamente aos atuais modos de crescimento económico e de consumismo (Marques & Paixão, 2009).

Desenvolvemos com mais pormenor estes aspetos no próximo ponto deste documento e posteriormente abordaremos a informação que consideramos mais relevante no que respeita aos aspetos metodológicos, à qual se segue a apresentação e discussão dos resultados. Terminamos com a apresentação das principais conclusões e com a lista de referências bibliográficas utilizadas.

## **Marco teórico**

A educação sobre e para o ambiente tem-se constituído como uma corrente de pensamento nos últimos trinta anos sob a definição de Educação Ambiental. O seu objetivo é sensibilizar, contribuir para a aquisição de conhecimentos e criar uma consciência que permita enfrentar os problemas ambientais e dar-lhes uma solução (Fanlo, 2004).

Educar a partir de uma perspetiva ambiental implica alcançar novos conhecimentos e conceitos, aplicar diversos procedimentos e criar atitudes, valores e normas que ofereçam lugar a comportamentos que favoreçam o ambiente (Carol, 2004). O objetivo da Educação Ambiental para a sustentabilidade é formar uma população consciente e preocupada com o ambiente e seus problemas, uma população que tenha os conhecimentos, a predisposição, a motivação e o sentido de compromisso que lhe permita trabalhar individual e colectivamente na resolução dos problemas ambientais atuais (Mendes & Branco, 2009).

Para Monteiro, et al. (2009) a Educação Ambiental é uma dimensão da educação atual na formação de cidadãos éticos, tanto pelo ensino formal quanto pelo não formal. Ou seja, as ações de Educação Ambiental podem ser desenvolvidas de forma integrada na estrutura de ensino formal ou do ensino não formal. A Educação Ambiental deve ser, acima de tudo, um ato voltado para a transformação social, e o “seu enfoque deve buscar uma perspetiva holística de ação, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem” (Jacobi, 2003, p. 196). A junção das estratégias de Educação Ambiental formal e informal é imprescindível no processo de mudança rumo à sustentabilidade, podendo ser conseguido através de ações diversificadas que a longo prazo conduzirão à mudança de atitudes.

No que respeita à abordagem formal da Educação Ambiental, as primeiras e rudimentares experiências de Educação Ambiental, no âmbito do Sistema Educativo Português, remontam à década de 70, com a Reforma de Veiga Simão. Em termos gerais, são de salientar, nesta Reforma, a definição de diretrizes para a introdução no plano curricular do Ensino Básico, de propostas inovadoras de atividades e metodologias interdisciplinares no sentido de promover a aquisição de saberes e de atitudes, assim como de preocupações ambientais. (Cruz, 2007)

Mais tarde, a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), em 1986, vem reconhecer esta área nos novos objetivos de formação dos alunos abrangente a todos os

níveis de ensino. Podemos assim considerar que a publicação da LBSE e os documentos legais que estiveram na origem da nova reforma do sistema de ensino, vieram dar um novo alento ao desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental no sistema de ensino. Apesar de uma evolução lenta e de um quadro ampliado de protagonistas, as participações comunitárias e as prioridades políticas de cada país acabaram por marcar decisivamente a dimensão, quantitativa e qualitativa, da aposta na Educação Ambiental.

A LBSE preconiza uma educação em valores que visa as perspetivas da Educação Ambiental e defende a criação de condições favoráveis com o desenvolvimento pleno das capacidades, a formação integral harmoniosa e a realização pessoal de cada um, atendendo às diferenças e respeitando o pluralismo, em liberdade. Pretende, ainda, a integração construtiva e ativa do cidadão na comunidade social num enquadramento local, nacional e universal. Ou seja, visa a promoção das linhas orientadoras para o desenvolvimento da cidadania onde se engloba a Educação Ambiental (Cruz, 2007).

A autora supracitada refere, ainda, na sua investigação que a abordagem desta temática, que é alvo de uma escassa informação no nosso país, é pertinente e necessária para o desenvolvimento de métodos e estratégias de ambientalização escolar, coerentes com o desenvolvimento sustentável no sentido de orientar todas as atividades da comunidade educativa para uma ética e uma cultura ambientais com vista à melhoria do meio social e natural.

Assim, a aplicação dos preceitos da Educação Ambiental eficaz e motivadora pressupõe a necessidade de contemplar determinadas adaptações conceptuais e didáticas, nomeadamente: (i) interdisciplinaridade; envolver todas as pessoas da comunidade educativa, em particular as crianças que devem assumir um papel ativo e interventivo na tomada de decisões sobre o ambiente; (ii) estimular os docentes a melhorar os seus níveis de competência através da participação em ações de formação e reciclagem de conhecimentos; e (iii) ser contínua e sucessivamente reajustada à realidade de cada época ou região particular (Morgado, Pinho & Leão, 2000)

Como cidadãos, as crianças devem aprender a tomar decisões respeitantes ao ambiente e estar conscientes relativamente à tomada de certas decisões políticas que podem ter consequências ambientais. As experiências educativas de projetos de temática ambiental, recorrendo ao trabalho dentro e fora da sala, utilizando o ambiente como recurso e integrando saberes e métodos de pesquisa de diferentes áreas curriculares, podem contribuir para a formação integral dos alunos e para a construção de uma cidadania participativa e consciente.

A Educação Ambiental é uma ação ou processo de reconhecimento dos valores humanos que visa esclarecer conceitos e permite fomentar destrezas e atitudes necessárias à compreensão das inter-relações entre o Homem e a sociedade, a cultura, a educação e o ambiente. Consideramo-la como uma forma de educação cívica, moral e social, que conduz os cidadãos a ter um compromisso com os problemas quotidianos da conservação, da administração e da melhoria do ambiente.

A Educação Ambiental não é mais uma disciplina (área de conhecimento) ou uma matéria complementar, ela é, pois, um processo que engloba o campo de atuação, com vista à sua vertente prática. É o ponto onde convergem grande variedade de conhecimentos, e não só de natureza ecológica. A Educação Ambiental deve enquadrar-se numa ação interdisciplinar, a fim de alcançar os objetivos a que ela se propõe. É, assim, uma educação evolutiva e progressiva dedicada à criatura humana, com vista à sua evolução e progresso, bem como do mundo em que se insere.

As Orientações Curriculares para a Educação de Infância referem claramente:

A Educação Ambiental relaciona-se com a educação para a saúde – bem-estar, qualidade de vida – incluindo os cuidados com a preservação do ambiente. Manter a sala arrumada e limpa, cuidar do espaço exterior, não deitar lixo para o chão, etc., fazem parte do quotidiano do jardim de infância. A Educação Ambiental pode também implicar a observação e recolha de informação e até uma intervenção na conservação e recuperação do património natural e cultural. Este contacto com a natureza e a cultura é, ainda, um meio de educação estética (Ministério da Educação, 1997, p. 84).

Em 2010 o Ministério da Educação estabeleceu as metas de aprendizagem para a educação pré-escolar, que visam o desenvolvimento integral da criança e a construção articulada do saber, numa abordagem integrada e globalizante das diferentes áreas. Este documento visa esclarecer e orientar os educadores para planejar processos e estratégias de atuação. Tal como as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, encontra-se estruturado por áreas; as ciências incluem-se na área de conhecimento do mundo que engloba três domínios: localização no espaço e no tempo; conhecimento do ambiente natural e social; dinamismo das inter-relações natural-social (Ministério da Educação, 2010).

Acrescente-se, ainda, que os temas ambientais integram os programas de várias áreas dos diferentes níveis de ensino e que, para além disso, tendo em conta a transversalidade do tema Ambiente, este pode ser tratado em todas as áreas curriculares desde que a escola decida desenvolver a dimensão ambiental no seu projeto curricular.

O desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental ou o trabalho didático dos conteúdos ambientais do programa educativo, possibilitam, ao professor, a oportunidade de contribuir, através de ações concretas, para a construção de uma nova ética sobre o meio, favorecendo e potenciando nos alunos o desenvolvimento e interiorização de valores que lhes sirvam de referência ao longo da vida (Cruz, 2007).

As atividades que se podem desenvolver nas ações de Educação Ambiental conseguem atingir o participante segundo uma, ou várias, das três vertentes: (i) a cognitiva, aquela que leva ao veicular de conhecimentos, (ii) a sensorial, aquela em que se privilegia o aprender-fazendo, atividades “sentidas” pelos participantes; e (iii) a afetiva, ou emocional, aquela em que o formando é levado a envolver-se na realidade que o rodeia (Alves, 1998). Segundo Costa & Gonçalves (2004), devemos apostar nas atividades que contenham impacto emocional, isto é que, “despertem preocupações, alertem para comportamentos erróneos e requisitem o envolvimento e a participação das pessoas, ressaltando uma situação, ou conjunto de situações, que compõem uma problemática ambiental” (p. 36).

Independentemente das vertentes que possam desenvolver, as ações de Educação Ambiental têm como base diferentes métodos e princípios, envolvem os formandos de diferentes formas e amplitudes e permitem aos formadores ou monitores escolher a melhor estratégia de atuação. Assim, a Educação Ambiental abre um estimulante espaço para repensar práticas sociais e o papel dos professores e monitores como mediadores e transmissores de um conhecimento necessário para que as crianças e jovens adquiram uma base adequada de compreensão essencial do meio global e local, da interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um para construir uma

sociedade planetária mais equitativa e ambientalmente sustentável (Jacobi, 2003).

A Educação Ambiental passa, então, por formar consciências ambientais e por promover a aquisição de valores relativos ao ambiente. Ou seja, deve sensibilizar toda a sociedade, de tal modo que a sua participação constitua uma realidade. Nesta perspectiva, e numa linguagem mais atual, surge o conceito de Educação para a Sustentabilidade (Azevedo, 2003).

No entanto, e segundo Schmidt, Nave e Guerra (2010), os desequilíbrios ecológicos e a degradação ambiental persistem e decorrem associados a díspares e desajustadas condições de consumo das sociedades modernas e da pobreza e desigualdades que flagelam a maior parte da população, o que exige como premente um desenvolvimento ecologicamente equilibrado e sustentável. É neste contexto que surge a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, com origem no relatório de Bruntland.

Sem querer abordar profundamente a dicotomia e as diferenças existente entre as expressões “Educação Ambiental” e “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, até porque muitas vezes se complementam e se cruzam, importa referir que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável sublinha que está principalmente nas pessoas a solução dos problemas ambientais, ao reconhecer que o seu comportamento tem enorme impacto nas esferas do económico, político, social e cultural, ou seja, que em última análise, eles têm a grande palavra a dizer na construção de uma vida sustentável tanto a nível individual como colectivamente (Schmidt, Nave e Guerra, 2010, p. 61).

Um dos objectivos estratégicos da década para o desenvolvimento sustentável, proclamada pela UNESCO para o período 2005-2014, é transformar a escola num polo de produção e de difusão de informação sobre o desenvolvimento sustentável e Educação para o Desenvolvimento Sustentável, ao nível local e nacional, assim como num agente de intervenção, e num motor de mobilização da sociedade através dos alunos, das suas famílias e da restante comunidade educativa. Desta forma, é fundamental o desenvolvimento de trabalhos que visem promover a educação para a sustentabilidade, tendo como contexto de trabalho áreas de grande interesse ambiental próximas da Escola (Vilas-Boas, Rodrigues & Macedo, 2010).

Assim, todos os países devem investir na Educação para o Desenvolvimento Sustentável, para que possuam adultos equilibrados, informados e ambientalmente cultos e instruídos, com um acervo de habilidades, de aptidões e capacidades que lhes possibilitem adaptar-se às exigências da sociedade moderna. Cada indivíduo deverá ter conhecimentos suficientes para tornar possível a compreensão de alguns fenómenos do ambiente importantes no mundo e de tomar decisões democráticas de uma forma informada, a partir de uma posição de coresponsabilidade social e ambiental. Assim, tem-se dado uma importância crescente ao desenvolvimento da Educação para o Desenvolvimento Sustentável desde os primeiros anos, pelo que se torna fundamental que as orientações para a educação de infância contemplem essas temáticas, valorizando a literacia ambiental desde os primeiros anos.

## **Metodologia**

O presente estudo contou com a colaboração de duas Educadoras de Infância do Distrito de Bragança (Norte de Portugal), identificadas através das letras A e B no sentido de

garantir o seu anonimato. Enquadra-se no estudo de caso, sendo, do ponto de vista epistemológico, de natureza interpretativa, uma vez que pretendemos reunir um conjunto de informação pertinente com a finalidade de a interpretarmos. O estudo desenvolve categorias conceptuais para ilustrar e teorizar acerca do caso, desafia pressupostos teóricos defendidos antes e o modelo de análise é indutivo (Latorre, Rincón & Arnal, 2003), e, finalmente, tem em consideração o papel dos atores/sujeitos, neste caso dos educadores de infância, na delimitação do objeto de estudo e nas opções metodológicas (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 1994).

Considera-se um estudo de caso, dado que este pretende intervir junto de um único sujeito ou de alguns sujeitos, e deseja analisar os resultados obtidos por um indivíduo sem os relacionar com os obtidos por outros (Lessard-Hébert, 1996).

No sentido de aprofundarmos e melhor compreendermos a opinião das educadoras envolvidas no estudo optamos por utilizar como instrumento de recolha de dados a entrevista.

De acordo com Race (2008), a entrevista é um instrumento privilegiado para a recolha de dados na investigação qualitativa, em particular no estudo de caso (Stake, 2007). “É habitual reservar o termo entrevista para as técnicas menos diretas e designar por questionário as formas de inquirir em que as questões são formuladas antecipadamente” (Ghiglione & Matalon, 2001, p. 63).

Na esteira de Cohen & Manion (1990) e de Rasco & Recio (2003), desenvolvemos uma entrevista com o propósito de recolher informação sobre as opiniões, significados e acontecimentos ocorridos num determinado ambiente. Consequentemente, a entrevista apoia-se na ideia de que as pessoas são capazes de apresentar uma explicação sobre o seu conhecimento, o seu comportamento, as suas práticas e as suas ações. Acresce ainda que, numa entrevista se espera que o entrevistado enriqueça, optimize e expresse mais facilmente a sua opinião (Flick, 2005), de forma que permita ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam e explicam determinados assuntos (Bogdan & Biklen, 1994).

No nosso estudo optámos pelas entrevistas semiestruturadas, pois pensamos elaborar um guião no qual as questões não serão demasiadamente abertas, nem demasiado rígidas. Consideramos que este formato é o que melhor cumpre as suas finalidades. De acordo com Bogdan & Biklen (1994), “nas entrevistas semiestruturadas fica-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre vários sujeitos” (p. 135). Neste tipo de entrevista, o entrevistador define o âmbito sobre o qual vão incidir as questões (Rasco & Recio, 2003), pelo que deve elaborar um guião orientador da entrevista. No entanto, não tem de seguir “à risca” a ordem e a sequência das questões apresentadas no guião; pode, em muitas situações, explicitar algumas questões no curso da entrevista como garantia de se estar a ser compreendido e até mesmo reformulá-las para atender às necessidades do entrevistado (Morgan & Guevara, 2008).

O guião da entrevista é constituído por questões com diferentes graus de abertura e organizadas em três dimensões:

- a) Formação académica - pretendemos saber qual o curso que as educadoras possuem, onde o obtiveram e há quanto tempo, e também se já frequentaram cursos de formação contínua na área de Educação Ambiental;
- b) Conceito de Educação Ambiental - neste caso queremos perceber o que as educadoras dizem acerca do seu entendimento sobre o conceito de Educação Ambiental;

- c) Caracterização das práticas didático-pedagógicas das educadoras, utilizadas na realização de atividades de Educação Ambiental – aqui, com as questões colocadas, pretendemos esclarecer que tipo de atividades é que as educadoras promovem no âmbito da Educação Ambiental.

Na administração da entrevista tivemos em consideração três momentos distintos

- a) 1º Momento - corresponde à fase inicial onde justificamos o propósito da entrevista e destacamos a importância da colaboração das entrevistadas para o desenvolvimento do estudo. Tivemos o cuidado de garantir o anonimato e confidencialidade sobre todas as informações prestadas; ainda neste momento reiteramos o pedido de autorização da gravação em registo áudio da entrevista;
- b) 2º Momento - diz respeito ao desenvolvimento da entrevista de acordo com o guião previamente elaborado;
- c) 3º Momento - refere-se à fase final da entrevista. Para este momento reservámos os agradecimentos da participação e reforçamos o pedido de disponibilidade para posteriores colaborações.

As entrevistas realizadas foram gravadas em registo áudio, posteriormente transcritas e sujeitas a análise de conteúdo. Segundo Bardin (1995), a análise de conteúdo “aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 38).

Genericamente, as etapas de realização da análise de conteúdo são sequencialmente a descrição, a inferência e a interpretação (Carmo & Ferreira, 1998). Devemos esclarecer que a descrição diz respeito ao tratamento da informação contida nas mensagens e realiza-se segundo procedimentos sistemáticos e objetivos (Bardin, 1995). Assim, considerando a descrição como a primeira etapa da análise de conteúdo e a interpretação como a última, a inferência é o procedimento que permite a passagem de uma à outra, de uma forma explícita e controlada (Carmo & Ferreira, 1998), procedimento que foi recorrente neste estudo e que temos oportunidade de evidenciar no ponto seguinte deste trabalho.

## Resultados

Passamos a expor os dados que se evidenciaram como mais relevantes para este estudo, após análise das entrevistas realizadas às educadoras colaboradoras.

Os dados serão apresentados de acordo com as secções em que estruturámos as entrevistas e que foram referidas anteriormente.

Assim, no que respeita à formação académica, ambas possuem uma licenciatura em Educação de Infância. A educadora A terminou o curso em 2002 e a educadora B em 2004. Ambas consideram que durante a sua formação inicial receberam alguma formação no domínio da Educação Ambiental. Relativamente à formação contínua apenas a educadora A mencionou ter frequentado uma ação de formação dentro dessa área. De salientar que ambas admitiram que a formação que possuem nem sempre lhe permite encarar sem dificuldade o trabalho com as crianças na área da Educação Ambiental, tal como evidencia o seguinte excerto: “nem sempre me sinto preparada nesta área. Existe muito receio provocado pela falta de conhecimento e métodos a aplicar para abordar esta área” (educadora A).

Relativamente ao conceito de Educação Ambiental constatámos que as educadoras

associam este conceito aos conhecimentos adquiridos pelas crianças e também à aquisição de atitudes e comportamentos favoráveis ao ambiente como evidenciam os seguintes episódios:

- A Educação Ambiental pretende sensibilizar, motivar e educar as pessoas para uma tomada de consciência e preocupação com o ambiente e com os seus problemas. Para isso deve ajudar as pessoas a ter conhecimentos e competências que lhes permitam trabalhar individualmente e em conjunto na conservação da natureza e do ambiente em geral (educadora A).

- A Educação Ambiental é ter consciência dos deveres e obrigações em relação ao meio ambiente, respeitando tudo o que pertence à natureza (educadora B).

Ambas as educadoras consideram que a Educação Ambiental deve ser trabalhada desde cedo com as crianças e, portanto, reconhecem a sua importância na Educação Pré-Escolar. A este respeito mencionaram:

- Acho importante ao nível de informação e formação contínua das crianças para uma maior preocupação da natureza e ao mesmo tempo dar-lhes a oportunidade de construir o conhecimento de forma crítica através da própria experiência e da realidade, para alcançarem novas atitudes perante o ambiente (educadora A).

- As crianças devem começar desde pequenas a cuidar e respeitar a natureza. A proteção do meio ambiente é algo crucial nos dias de hoje e é preciso que desde muito cedo se tome consciência que a defesa do meio ambiente depende de todos, dos nossos hábitos e costumes do quotidiano. (educadora B).

Pelo exposto consideramos que as educadoras têm em consideração as orientações curriculares emanadas do Ministério da Educação, bem como as metas de aprendizagem, que referem, por exemplo, na área de conhecimento do Mundo “no final da educação pré-escolar, a criança manifesta comportamentos de preocupação com a conservação da natureza e respeito pelo ambiente, indicando algumas práticas adequadas (exemplos: não desperdiçar água e eletricidade; não deitar papéis e outros resíduos para o chão”, em articulação com a área de formação pessoal e social onde referem “no final da educação pré-escolar, a criança manifesta atitudes e comportamentos de conservação da natureza e de respeito pelo ambiente” (Ministério da Educação, 2010)

Relativamente à sua opinião sobre as Orientações Curriculares para a Educação Ambiental, as educadoras esclarecem que:

- As orientações curriculares permitem uma melhor articulação na formação pessoal e social e a educação ambiental. Permitem a procura do conhecimento e melhor interpretação dos comportamentos no processo de aprendizagem (educadora A).

- Segundo as orientações curriculares a educação ambiental é ainda um veículo excelente para o desenvolvimento da educação cívica e da cidadania. Sabemos que a curiosidade natural da criança, assim como o desejo de aprender e descobrir, aliados aos

comportamentos e valores definidos pela comunidade em que a criança se insere constituem fatores essenciais para a definição do seu comportamento futuro (educadora B).

No que respeita às suas práticas didático-pedagógicas, ambas referem que realizam várias atividades de educação ambiental com as crianças com intencionalidade de as sensibilizar para as questões ambientais. Por outro lado, associam a Educação Ambiental a outros projetos desenvolvidos e a temáticas abordadas em outras áreas, nomeadamente na Área de Conhecimento do Mundo, como evidencia o seguinte episódio:

- As atividades de educação ambiental são realizadas durante todo o ano e inseridas em pequenos projetos da sala que englobam a área do conhecimento do mundo. O que por vezes acontece é que as atividades são realizadas com uma intencionalidade e só na sua reflexão é que me apercebo que também abordamos a educação ambiental.

No dia-a-dia as crianças partilham na escola a merenda da manhã que é fruta. Através da calendarização pré-estabelecida, cada criança escolhe que tipo de fruta quer levar no seu dia, promovendo uma melhor alimentação e evitando o desperdício de embalagens que compõem outros alimentos.

A reciclagem também é feita na nossa sala e tudo começou quando, num passeio a pé começaram a questionar a existência dos ecopontos nas ruas. Ao chegarmos à sala foram ao lixo e pediram para o separarmos. Foi então que decidi explicar o porquê da separação e quais os benefícios que trazem para o ambiente. Começamos a aproveitar mais as embalagens para fazer trabalhos.

De acordo com o projeto “De onde vem o azeite?”, tivemos que conhecer qual a árvore que dá as azeitonas e no seu desenvolvimento sentimos necessidade de conhecer novas árvores, descobrir como crescem, o que nos podem dar e para que servem. Decidimos então criar a nossa horta e perceber porque é importante fazê-lo (educadora A).

As temáticas mais abordadas pelas duas educadoras são a reutilização e separação dos resíduos, os animais, as plantas, atividades de observação da natureza, a higiene dos espaços, entre outras. A este respeito apresentamos o seguinte excerto:

- Fazer ver as crianças como é bonita uma paisagem limpa e protegida e como é feia uma paisagem suja e poluída, é um bom começo. É objetivo da educação pré-escolar incentivar atitudes e práticas no quotidiano das crianças que levem a um futuro melhor do nosso planeta azul. Hábitos simples como poupar água, moderar o consumo de plásticos, o reciclar e reutilizar materiais, o não deitar lixo no chão e outros, apresentam-se de grande importância na educação das nossas crianças (educadora B).

Relativamente aos recursos, referem que utilizam recursos diversificados, como por exemplo, a internet, livros, visitas ao meio envolvente, visitas a museus, laboratórios da ESE, entre outros. Ambas valorizam a reutilização de materiais.

No que respeita às estratégias utilizadas a educadora B referiu o “carácter lúdico” das atividades enquanto a educadora A mencionou:

- Através de vivências de épocas especiais durante o ano, como o magusto, o Natal, a Páscoa, o dia da água, o dia da árvore, etc. Dialogando com as famílias, participando em sensibilizações promovidas pela comunidade. Explorando pequenos projetos que vão

surgindo, como este ano que pesquisamos sobre o azeite e as rolhas de cortiça (Educadora A).

Acrescentaram, ainda, que por vezes desenvolvem as atividades em grande grupo e outras vezes em pequeno grupo: “temos momentos de grande grupo e momentos de pequeno grupo. No grande grupo partilhamos ideias e vivências; no pequeno grupo as atividades são mais individualizadas” (educadora B).

Quisemos, ainda, auscultar a opinião das educadoras sobre as dificuldades que sentem para a realização de atividades de Educação Ambiental. A este propósito referiram:

- Sinto-me insegura. Existem poucas referências sobre práticas educativas ambientais e muitas vezes não sei como abordar a temática ambiental com intencionalidade. Falta-me adquirir conteúdos que possa trabalhar, a forma como o devo fazer e que recursos posso utilizar. Sei que já utilizei alguns, mas acabam por ser sempre os mesmos (educadora A).

- É sempre muito proveitoso até porque as crianças estão sempre muito motivadas e demonstram sempre interesse neste tipo de atividades. As maiores dificuldades prendem-se com a falta de recursos (educadora B).

Por último, as educadoras acrescentaram:

- É uma área muito interessante mas pouco explorada na educação pré-escolar. Às vezes por falta de meios, mas muitas vezes por falta de conhecimento de como o fazer. Esta área permite à criança crescer de uma forma mais sensível e preparada para proteger e valorizar o ambiente (educadora A).

- A criança tem como princípios naturais correr, brincar, viajar, sonhar... para muitas dessas viagens ela precisa de asas e não é papel do educador cortar essas asas, mas sim ensiná-la a usá-las. O ambiente representa um espaço onde a criança pode expressar os seus movimentos com maior liberdade, uma excelente oportunidade de educação e consciencialização ecológica (educadora B).

Parece-nos evidente que as educadoras participantes no estudo têm plena consciência da importância da Educação Ambiental e que, ainda que nem sempre seja de forma muito objetiva e direcionada, trabalham a Educação Ambiental nas suas práticas diárias, contribuindo, assim, para que as crianças estejam melhor preparadas no domínio da Educação Ambiental.

Tal como referem Morgado, Pinto & Leão (2000) os educadores/professores debatem-se, de uma forma generalizada, com dificuldades metodológicas de diversa natureza, quer no plano informativo ou de conteúdos curriculares, quer no plano informativo ou de integração de conhecimentos. É neste contexto que se insere a Educação Ambiental, pelo que se toma premente o investimento na formação dos educadores.

Partilhamos a opinião de Martins (1996) quando refere que “o sucesso prático dos projetos de Educação Ambiental traduz-se na sua capacidade em mudar as atitudes e os comportamentos dos indivíduos relativos ao ambiente.” (p. 107). A mesma autora defende, ainda, que, face às mudanças ambientais globais que se verificam, se torna necessário atuar, o mais rapidamente possível e essa ação deve ser direcionada para a modificação do comportamento humano.

As educadoras colaboradoras do estudo, nas suas asserções apresentam, curiosamente, uma ideia semelhante à de Fialho (2008), ao considerarem que as atividades devem ser organizadas em função das experiências, motivações e expectativas das crianças. As estratégias e recursos devem ser diversificadas, como por exemplo narrativas, saídas ao exterior, pesquisas em diferentes fontes, atividades experimentais, entre outras.

## **Conclusão**

Concluímos, e partilhamos a ideia de Cruz (2007) de que a Educação Ambiental está muito longe de ter o impacto que merece, principalmente nos primeiros anos. Daí pensamos ser imperioso encarar esta área como elo de ligação entre todas as áreas de conteúdo que deverá ser integrada, de uma forma transversal, percorrendo todos os currícula e todos os conteúdos. Só assim se preencherá, segundo o nosso parecer, uma lacuna na área da educação que é a maior valorização da vida e do meio envolvente.

A Educação Ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e global (Jacobi, 2003). Deve ser abordada numa perspectiva interdisciplinar; no entanto nem sempre este trabalho é conseguido. Segundo Sato & Santos (2003) o caminho a ser percorrido ainda é longo e com muitos obstáculos a serem superados. Se de um lado, a postura do desprezo pelas conquistas científicas e tecnológicas descurem o pensamento da pós-modernidade, por outro, defendem a produção a qualquer preço, do desenvolvimento material. Para superar este problema, é imperativo que os investigadores consigam construir uma ética, capaz de enfrentar essa perplexidade, que reconheça o valor de cada profissional e área de conhecimento, dentro de um contexto global da educação (Sato & Santos, 2003).

Para que tal desiderato se concretize importa que a Educação Ambiental seja implementada desde os primeiros anos, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, em contextos de educação formal, não-formal e informal, considerando conteúdos, contextos, estratégias, capacidades e competências com carácter multi, inter e transdisciplinar e evidenciando as interações nos domínios fundamentais da sustentabilidade – ambiente, sociedade e economia (Sá, 2008).

Ao mesmo tempo que se devem otimizar os instrumentos legais e normativos da temática ambiental é imperioso fomentar a efetivação de ações de proximidade que envolvam educadores, agentes políticos, cientistas, entre outros, que valorizem toda esta problemática por forma a que a cidadania interiorize os valores ambientais como uma das realidades mais perenes e prementes para a sustentabilidade da nossa habitação comum e universal – o planeta Terra. Só deste modo conseguiremos alicerçar o futuro dos vindouros com a qualidade e dignidade que emergem, sem qualquer dúvida, da situação ambiental em que nascermos formos educados.

Para finalizar, preconizamos que para que a Educação Ambiental faça parte da realidade educativa dos jardins de infância é necessário canalizar esforços que permitam aos educadores, às crianças e a todos os outros elementos da comunidade desenvolver um trabalho integrado e integrador para a construção de uma cidadania participativa e consciente no que respeita a todas as questões do ambiente, pois só assim será possível formar adultos ambientalmente conscientes e com atitudes e comportamentos que promovam o desenvolvimento que se deseja e necessita sustentável.

## Referências Bibliográficas

- Alves, F. L. (1998b). Técnicas de acção/actuação em Educação Ambiental. In C. Carapeto (Coord.). *Educação Ambiental*, (pp. 245-276). Lisboa: Universidade Aberta.
- Azevedo, H. (2003). Despertar Consciências – Educação Ambiental. *Ambiente*, 21(11), 50-55.
- Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação - Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Britto, C. (2000). *Educação e Gestão Ambiental*. Salvador: Ministério do Meio Ambiente.
- Carmo, H. & Ferreira M. M. (1998). *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carol, R. (2004). El papel de la escuela por lo que respecta a los residuos y al reciclaje. In Rodríguez, F. L. (Org.), *Educación ambiental – Propuestas para trabajar en la escuela* (pp. 37-45). Barcelona: Editorial Graó.
- Cohen, L. e Manion, I. (1990). *Métodos de investigación educativa*. Madrid: Editorial La Muralla.
- Costa, F. S. & Gonçalves, A. B. (2004). Educação ambiental e cidadania: Os desafios da escola de hoje. In Sociedades contemporâneas: reflexividade e acção (pp. 33-40). Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia. Braga: Universidade do Minho.
- Cruz, S. G. M. (2007). *A Importância da Educação Ambiental no 1.º Ciclo do Ensino Básico - Um Estudo de Caso*. Dissertação de mestrado não publicada. Porto: Universidade Portucalense.
- Fanlo, E. (2004). Educación para el desarrollo sostenible. In Rodríguez, F. L. (Org.), *Educación ambiental – Propuestas para trabajar en la escuela* (pp. 25-30). Barcelona: Editorial Graó.
- Ferreira, E. C. (2003). Formação em Ambiente em Portugal. *CentroAtlantico.pt Magazine*, 3, 30-31.
- Fialho, I. (2008). Promover a educação ambiental no jardim de infância – algumas propostas. *Atas do 5º Encontro de Educadores de Infância e Professores do 1.º Ciclo EB*. Porto: Areal Editores.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (2001). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Jacobi, P. (2003). Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, 118, 189-205.
- Latorre, A., Rincon, D. & Arnal, J. (2003). *Bases Metodológicas de la investigación Educativa*. Barcelona: Ediciones Experiencia.
- Lessard-Hébert, M. (1996). *Pesquisa em Educação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Marques, V. & Paixão, F. (2009). Concepção, implementação e avaliação de uma proposta didáctica para o 1º CEB sobre a fome no mundo. In F. Paixão & F. R. Jorge *Educação e Formação: Ciência, Cultura e Cidadania* (pp. 410-418). XIII Encontro Nacional de Educação em Ciências. Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior de Educação.
- Martins, M. C. C. (1996). *Atitudes dos jovens face ao ambiente – Perspectiva diferencial e desenvolvimentista*. Tese de mestrado não publicada. Lisboa: Universidade de Lisboa, Departamento de Educação da Faculdade de Ciências.
- Mendes, D. & Branco, M. J. (2009). A Escola e a mudança comportamental em Prol do Ambiente. In F. Paixão & F. R. Jorge *Educação e Formação: Ciência, Cultura e Cidadania* (pp. 234-243). XIII Encontro Nacional de Educação em Ciências. Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior de Educação.
- Ministério da Educação (1986). Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo. Lisboa: Ministério da Educação.

Ministério da Educação (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento de Educação Básica.

Ministério da Educação (2010). *Metas de aprendizagem para a Educação Pré-Escolar e para o Ensino Básico*. Acedido em <http://www.metasdeaprendizagem.min-edu.pt/educacao-pre-escolar/apresentacao/>

Morgado, F., Pinho, R. & Leão, F. (2000). *Educação Ambiental – Para um ensino interdisciplinar e experimental da Educação Ambiental*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.

Monteiro, I. C., et al. (2009). Divulgação científica e meio ambiente: um perfil dos alunos. In F. Paixão & F. R. Jorge *Educação e Formação: Ciência, Cultura e Cidadania* (pp. 114-122). XIII Encontro Nacional de Educação em Ciências. Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior de Educação.

Morgan, D. L. & Guevara H. (2008). *Interview Guide*. The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods. 2008. London: SAGE Publications. Consultado em [http://www.sage-reference.com/research/Article\\_n238.htm](http://www.sage-reference.com/research/Article_n238.htm)

Pedrosa, M. A. & Henriques, M. L. (2003). Encurtando distâncias entre escolas e cidadãos: enredos ficcionais e educação em ciências. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, 2(3), 271-292. Consultado em <http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen2/Numero3/Art5.pdf>

Portugal, G. (2009). Para o educador que queremos, que formação assegurar? *Exedra – Revista Científica*, 1, 9-24.

Race, R. (2008). *Education, Qualitative Research*. The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods. London: SAGE Publications. Consultado em [http://www.sage-reference.com/research/Article\\_n125.html](http://www.sage-reference.com/research/Article_n125.html)

Rasco, F. A. & Recio, R. V. (2003). Los estudios de caso, una aproximación teórica. In R. V. Recio & F. A. Rasco (Orgs.), *Introducción a los estudios de casos. Los primeros contactos con la investigación etnográfica* (pp. 15-51). Málaga: Ediciones Aljibe.

Sá, P. A. P. (2008). *Educação para o Desenvolvimento Sustentável no 1.º CEB: Contributos da Formação de Professores*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade de Aveiro, Departamento de Didática e Tecnologia Educativa.

Sato, M. & Santos, J. E. (2003). Tendências nas pesquisas em educação ambiental. In F. Noal & V. Barcelos (Orgs.), *Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros*, (pp. 253-283). Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Schmidt, L., Nave, J. G. & Guerra, J. (2010). *Educação Ambiental – Balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Stake, R. E. (2007). *A arte da investigação com estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vilas-Boas, F., Rodrigues, M. & Macedo, M. (2009). Contributo para a educação para o desenvolvimento sustentável: um estudo de questões sócio-ambientais da serra Algarvia. In F. Paixão & F. R. Jorge *Educação e Formação: Ciência, Cultura e Cidadania* (pp. 826-835). XIII Encontro Nacional de Educação em Ciências. Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior de Educação.